|  |  |
| --- | --- |
| PROCESSO | 823/2018 |
| NOTIFICAÇÃO | 836/2018 |
| INTERESSADO | CONCRETOS ROHR LTDACNPJ 94.202.843/0001-14 |
| OBJETO | COBRANÇA DE ANUIDADE |
| RELATOR(A) | CONSELHEIRO(A) RÔMULO PLENTZ GIRALT |
| **RELATÓRIO** |

1. Em 24 de julho 2018, a Gerência Financeira do CAU/RS encaminhou a Notificação Administrativa nº 836/2018 à empresa CONCRETOS ROHR LTDA – CNPJ 94.202.843/0001-14, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para saldar ou parcelar o débito referente às anuidades de 2014, 2015, 2016 e 2017 em atraso ou para oferecer impugnação escrita a esta Comissão (fl. 10).
2. Notificada (fl.11), foram apresentadas impugnação e documentos de pessoa jurídica com CNPJ distinto daquele a que se refere a Notificação Administrativa nº 836/2018, bem como distinto do CNPJ da pessoa jurídica cadastrada neste ente fiscalizador.
3. Não obstante tal fato, contudo, em consulta ao CNPJ identifico que a empresa notificada Concretos Rohr LTDA CNPJ 94.202.843/0001-14 encontra-se com situação ***baixada*** desde ***30/12/2013***, por motivo ***incorporação***, o que, considerando-se o Princípio da Continuidade Empresarial previsto no artigo 227, caput, da Lei nº 6.404/76, o qual estabelece que *“a incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações”*, recebo a impugnação tempestiva oferecida pela empresa Artefatos de Concreto e Cerâmica Rohr Ltda – CNPJ 93.436.350/0001-86 como sendo a pessoa jurídica incorporadora da contribuinte objeto da Notificação Administrativa nº 836/2018.
4. Além disso, tendo presente a situação ora identificada, entendo necessário que a área de Atendimento e Fiscalização do CAU diligencie juntamente com a empresa Artefatos de Concreto e Cerâmica Rohr Ltda. Cadastrada no CNPJ sob o nº 93.436.350/0001-86 (fl. 12), quanto à necessidade atualização de seu registro junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
5. É o sucinto relatório.

|  |
| --- |
| **VOTO DO(A) RELATOR(A)** |

1. Salienta-se, inicialmente, que “*o CAU/BR e os CAUs têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão da arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo*”, conforme dispõe o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.378/2010.
2. Ressalta-se, ainda, que a atividade fiscalizatória tem por objeto “*a exação do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo, abrangendo as atividades, atribuições e campos de atuação dos arquitetos e urbanistas, privativos ou compartilhados com outras profissões regulamentadas, conforme os dispositivos da Lei nº 12.378, de 2010 e da Resolução CAU/BR nº 21, de 2012*” e por objetivo “*coibir o exercício ilegal ou irregular da Arquitetura e Urbanismo, em conformidade com a legislação vigente*”, competindo-lhe “*verificar, na prestação de serviços de Arquitetura e Urbanismo, a existência do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) correspondente, nos termos do que dispõe Resolução específica do CAU/BR*”, conforme dispõem os artigos 4º, 5º e 6º da Resolução nº 22 do CAU/BR, respectivamente.
3. Diante disso, sob pena de causar prejuízo à coletividade de profissionais e empresas que atuam em áreas afeitas à arquitetura e urbanismo e que estão devidamente registrados neste Ente fiscalizador, percebe-se que este não pode deixar de exigir o pagamento dos valores relativos às anuidades, ao lado de contribuições, multas, taxas, tarifas de serviços, doações, legados, juros, rendimentos patrimoniais, subvenções e resultados de convênios, além de outros rendimentos eventuais, que constituem os recursos dos CAUs, conforme o disposto no art. 37, da Lei nº 12.378/2010.
4. Ressalta-se, contudo, que, em se tratando de pessoa jurídica, o fato gerador da anuidade cobrada, em que pesem as respeitáveis posições em sentido contrário, reside no exercício da atividade fiscalizada e não na manutenção de registro junto ao Conselho Profissional. De efeito, giza-se que o registro ativo denota fortes indícios de que tenha sido efetivo o exercício da profissão dentro do interregno pertinente à anuidade, os quais devem ser corroborados por circunstâncias e elementos presentes dos autos.
5. Neste sentido, cito os seguintes julgados do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

TRIBUTÁRIO. CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. ATIVIDADE BÁSICA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO. No tocante às pessoas jurídicas, a exigência de registro em conselho profissional está subordinada à atividade fim da empresa, conforme artigo 1º da Lei n. 6.839/80. O critério definidor da obrigatoriedade do registro das empresas nos conselhos de fiscalização é norteado pela atividade básica desenvolvida ou serviço prestado a terceiros. O estabelecimento que presta serviços contábeis não está obrigado a registrar-se no Conselho de Administração. (TRF4, AC 5069977-26.2016.404.7100, PRIMEIRA TURMA, Relatora MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, juntado aos autos em 23/06/2017).

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. COBRANÇA DE ANUIDADES. PESSOA JURÍDICA. FATO GERADOR. ATIVIDADE BÁSICA. 1. No que se refere às pessoas jurídicas, o registro nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões não é requisito para o exercício da atividade empresarial. 2. O art. 1º da Lei nº 6.839/80 estabelece a atividade básica desenvolvida ou o serviço prestado a terceiros como critério definidor da obrigatoriedade de registro das empresas nas entidades competentes para a fiscalização. Logo, o fato gerador das anuidades é definido pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa. 3. Demonstrada a ausência de correlação da atividade da empresa e daquele objeto de fiscalização pelo Conselho, descabe o prosseguimento da cobrança executiva. (TRF4, AC 5018673-76.2016.404.7200, PRIMEIRA TURMA, Relator JORGE ANTONIO MAURIQUE, juntado aos autos em 23/06/2017).

1. Dessa maneira, aduzo que o registro ativo perante o Conselho de Fiscalização configura forte indicativo de que a atividade profissional tenha sido exercida, cabendo ao interessado a demonstração de que, na realidade, não fora. Ademais, documentos da Receita Federal e/ou Estadual podem ser hábeis para demonstrar que a empresa se encontra em atividade, cabendo ao Conselho de Fiscalização Profissional exigir o registro, caso demonstrada a atividade da empresa.
2. Ultrapassadas essas questões preliminares, da análise dos dados da empresa junto ao CNPJ, junto ao CREA/RS e ao CAU/RS, a partir da análise dos documentos juntados aos autos pela empresa contribuinte, bem como das diligências realizadas pela assessoria jurídica do CAU/RS, verifica-se que a empresa possui registro no CREA/RS, sob o nº 79.162, desde 22/05/1992, o qual permanece ativo.
3. Ainda, no contrato social da empresa (fl. 13), constam como objeto social da pessoa jurídica, as atividades *“construção de edifícios, incorporação de empreendimentos imobiliários e prestação de serviços na montagem de pavilhões com estrutura de concreto”* e, no cadastro nacional da pessoa jurídica junto à Receita Federal do Brasil, consta como código e descrição de atividade econômica secundária, dentre outras, *“41.20-4-00 – Construção de edifícios, 41.10-7-00 – Incorporação de empreendimentos imobiliários e 42.92-8-02 Obras de montagem industrial”*, atividades sujeitas à fiscalização do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul – CAU/RS.
4. Nesse sentido, considerando que houve o registro voluntário da pessoa jurídica no Conselho de Arquitetura e Urbanismo em 06/06/2013, bem como a anotação de profissional responsável técnica Arquiteta e Urbanista Gabriela Reichert, matrícula A80177-1, com RRT de Cargo-Função nº 1178980 (doc. em anexo) com validade a partir de 16/07/2012 até sua rescisão contratual ocorrida em 20/04/2014 (fl. 24), deve a empresa estar registrada no CAU até esta data, em observância do previsto na Resolução CAU/BR nº 28 de 6 de julho de 2012 que trata do registro de pessoa jurídica no CAU, conforme estabelece o inciso III do art. 1º:

**Art. 1°** Em cumprimento ao disposto na Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, **ficam obrigadas ao registro nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF)**:

1. as pessoas jurídicas que tenham por objetivo social o exercício de atividades profissionais privativas de arquitetos e urbanistas;
2. as pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades privativas de arquitetos e urbanistas cumulativamente com atividades em outras áreas profissionais não vinculadas ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
3. As pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades de arquitetos e urbanistas compartilhadas com outras áreas profissionais, **cujo responsável técnico seja arquiteto e urbanista**. (grifei)

1. Nesse sentido, importa referir a existência de RRTs emitidas nos anos de 2013 e 2014 pela contribuinte, bem como o fato de que a impugnante realizou o pagamento da anuidade referente ao exercício de 2013.
2. Em relação ao período posterior à demissão da Arquiteta e Urbanista, todavia, tendo em vista que a empresa permaneceu com registro ativo perante o CREA/RS, conforme posicionamento firme dos Tribunais Regionais Federais, não é exigível o duplo registro, em se tratando de atividades compartilhadas com outras profissões.
3. Percebe-se, ainda, a contribuinte encontra-se com anotação de profissional responsável técnico, engenheiro civil, conforme relatório da pessoa jurídica fornecido pelo CREA-RS, em anexo.
4. Por oportuno, é de se destacar que o novo Refis foi aprovado pelo CAU/BR, alterando a Resolução CAU/BR nº 121, a qual passa a permitir, nos termos da resolução, o pagamento do valor devido com a isenção de multa e em até 25 meses.
5. Importa referir, ainda, que a presente manifestação quanto à impugnação realizada, foi elaborada com o suporte jurídico da assessoria jurídica do CAU/RS, a qual subscreve conjuntamente este parecer.
6. Ante o exposto, opino pela **parcial** **procedência** da impugnação oferecida pela empresa CONCRETOS ROHR LTDA. - CNPJ 94.202.843/0001-14, com o fim de, com base nos elementos probatórios existentes nos autos, extinguir o débito relativo às anuidades dos exercícios a partir de maio de 2014, 2015, 2016 e 2017, mantendo-se, entretanto, os valores de janeiro a abril de 2014, visto que a empresa deixou de ter profissional responsável técnico Arquiteto e Urbanista em 20/04/2014, desenvolvendo atividades compartilhadas com outras profissões e permanecendo registrada no CREA com responsável técnico Engenheiro Civil.

Porto Alegre, 13 de novembro de 2018.

 **RÔMULO PLENTZ GIRALT**

 Conselheiro(a) Relator(a)

**Cezar Eduardo Rieger**

Assessor Jurídico da CPF-CAU/RS

|  |  |
| --- | --- |
| PROCESSO | 823/2018 |
| NOTIFICAÇÃO | 836/2018 |
| INTERESSADO | CONCRETOS ROHR LTDA CNPJ 94.202.843/0001-14 |
| OBJETO | COBRANÇA DE ANUIDADE |
| RELATOR(A) | CONSELHEIRO(A) RÔMULO PLENTZ GIRALT |
| **DELIBERAÇÃO Nº 205/2018 – CPFI-CAU/RS** |

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS CPFI-CAU/RS, reunida ordinariamente em Porto Alegre/RS, na sede do CAU/RS, no dia 13 de novembro de 2018, no uso das competências que lhe confere o artigo 97, incisos VIII e IX, do Regimento Interno do CAU/RS, a Deliberação CPF-CAU/RS nº 035/2016 e, ainda, observando a Deliberação Plenária CAU/RS nº 514/2016, após análise do assunto em epígrafe, e,

Considerando o parecer e o voto elaborados pelo(a) Conselheiro(a) Relator(a) do processo,

**DELIBEROU** por:

1. **Aprovar** o parecer do(a) Conselheiro(a) Relator(a), pela **parcial** **procedência** da impugnação oferecida pela empresa CONCRETOS ROHR LTDA. - CNPJ 94.202.843/0001-14, com o fim de, com base nos elementos probatórios existentes nos autos, extinguir o débito relativo às anuidades dos exercícios a partir de maio de 2014, 2015, 2016 e 2017, mantendo-se, entretanto, os valores de janeiro a abril de 2014, visto que a empresa deixou de ter profissional responsável técnico Arquiteto e Urbanista em 20/04/2014, desenvolvendo atividades compartilhadas com outras profissões e permanecendo registrada no CREA com responsável técnico Engenheiro Civil.
2. **Encaminhar** à Gerência Financeira para **notificar** a parte interessada do teor dessa decisão a, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, pagar o valor devido, podendo parcelar na forma da legislação vigente ou interpor recurso por escrito ao Plenário do CAU/RS, informando-lhe, inclusive, que tal decisão está sujeita ao reexame necessário a ser realizado pelo Plenário do CAU/RS.
3. **Encaminhar** à Gerência Jurídica do CAU/RS para parecer em caso de interposição de recurso ao Plenário do CAU/RS.
4. **Submeter** ao Plenário do CAU/RS para que proceda ao julgamento do recurso, que porventura venha a ser interposto, ou em razão de reexame necessário.
5. **Encaminhar**, após o julgamento efetuado pelo Plenário do CAU/RS:
6. À Gerência Financeira para **notificar** a parte interessada do teor da decisão;
7. À Gerência de Atendimento e Fiscalização para promover à interrupção/baixa de ofício, a fim de adequar o registro de acordo com os termos dessa deliberação.

|  |  |
| --- | --- |
| **RÔMULO PLENTZ GIRALT**Coordenador  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **PRISCILA TERRA QUESADA**Coordenadora Adjunta | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **ALVINO JARA**Membro | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **RODRIGO RINTZEL**Membro – Suplente | \_\_\_\_\_ **AUSÊNCIA JUSTIFICADA**\_\_\_\_\_\_\_\_ |

Porto Alegre, 13 de novembro de 2018.